

CONCEPÇÕES A RESPEITO DO AFRO-BRASILEIRO: UMA QUESTÃO DE APRENDIZADO**CONCEPTION REGARDING THE BLACK-BRAZIL: A LEARNING ISSUE**Josuel Stenio da Paixão Ribeiro ¹

Resumo: Trata-se de uma análise a respeito das concepções existentes a respeito do afro-brasileiro e como elas são construídas ao longo do tempo, assim como podem e se devem ser desconstruídas/reconstruídas. Para tanto, esse artigo está subdividido em algumas seções: a primeira e a segunda fazem uma introdução e discutem a conceituação histórica e a definição do termo negro, assim como suas derivações e uso do senso comum, e como isso afeta esse grupo social na sociedade, pois é dessa forma que o processo de naturalização do preconceito e do estereótipo em nossa subjetividade passa a fazer parte de modo constante em todos nós, e ainda, voluntária ou involuntariamente, nos torna colaboradores de sua reprodução e perpetuação, o que nos é confirmado com os seguintes termos que são usados em nosso cotidiano sem nenhum questionamento, embora promova uma ação muito maior do que o mero ato objetivo de identificação direta dos signos com seus significados, mas carrega em si uma multiplicidade de sentidos. Na terceira e quarta seção busca-se responder qual tem sido o papel da escola ao longo do tempo, e como a escola tem fracassado em relação a permanência e educação dos negros. Na última seção, busca-se posicionar elementos de superação.

Palavras chave: Negro. Processo Histórico e Aprendizagem. Etnocentrismo. Relativismo.

Abstract: *This is an analysis about the existing conceptions about the African-Brazilian and how they are built over time, and can and must be deconstructed/reconstructed. Therefore, this article is divided into some sections, the first and second make an introduction and discuss the historical concept and the definition of the term black, as well as its derivations and use common sense, and how it affects this social group in society because this is how the naturalization process of prejudice and stereotype in our subjectivity becomes part steadily in all of us, and yet, voluntarily or involuntarily, makes us collaborators of reproduction and perpetuation, which is confirmed in to the following terms that are used in our daily lives without question, it does lead to a much greater action than the mere act purpose of direct identification of signs with their meanings, but carries with it a multitude of ways. In the third and fourth section, we try to answer what has been the role of the school over time, and how the school has failed in relation to residence and education of Africans. In the last section, we seek to position overcoming elements.*

Keywords: *Black. History Process and Learning. Ethnocentrism. Relativism.*

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, sendo Bacharel, Licenciado e Mestre em Ciências Sociais (linha de pesquisa: Pensamento Social e Políticas Públicas) pela UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", também é Especialista no Ensino de Sociologia pela USP - Universidade de São Paulo, tendo experiência na área de Sociologia e Antropologia, com ênfase em Introdução a Sociologia e Sociologia Contemporânea, principalmente os seguintes temas: Teoria Crítica; Direitos Humanos; Intersubjetividade Comunicativa e na atualidade tem trabalhado a Teoria e Método de Bourdieu. Foi Professor nos Cursos de Direito e Pedagogia da FAPEPE - Faculdade de Presidente Prudente de 2009 a 2015. E-mail: josuel_paixao@yahoo.com.br.



Introdução

O Brasil de hoje é um dos países mais miscigenados do mundo graças a sua formação recente e diversa, vários povos contribuíram para a formação do Brasil, a saber, os nativos (os Índios de diversas etnias), os colonizadores “principais” (os Portugueses), os “demais colonizadores” em forma de imigrantes como (franceses, Holandeses, posteriormente Italianos, Japoneses, Alemães entre outros), e na história mais recente com maior intensidade temos Coreanos, Nigerianos, Bolivianos, Peruanos e Haitianos, além daqueles aqui não mencionados, e ainda os que são objeto de nossa discussão, (os negros) que vieram para o Brasil de forma compulsória a datar do início da colonização até final do século XIX.

Com o “fim” da escravidão legal, em 1888, se instalou no Brasil uma falsa ideia de convívio harmônico entre as diversas etnias, no entanto, chegam a ser corriqueiras as práticas de etnocentrismo, preconceito e discriminação.

O etnocentrismo tão presente até nos dias de hoje é uma postura vinculada ao modo do (s) indivíduo (s) verem o mundo exclusivamente a partir de seu próprio ponto de vista, pelo qual tendem, a rejeitar, negar, recusar e até mesmo agir com preconceito e discriminar qualquer cultura que não seja igual a sua.

Uma das facetas do etnocentrismo se manifesta por meio do preconceito que é um juízo preestabelecido, baseado na simples crença ou opinião que é formada através de um olhar imediatista, inflexível e acrítico, exatamente por não conhecer de forma efetiva a realidade analisada e se valer de conceitos prévios sem intenção de colocá-los a prova.

O ato de discriminar passa longe de ser apenas o ato de criar e separar com base em categorias. Por exemplo, ao criar a categoria cor, e discriminá-las agregando valores cria-se, por consequência, hierarquias. É a partir dessa ação que se desenvolvem a discriminação racial, que é o ato de hierarquizar as pessoas tendo como base sua cor da pele. Com isso, a consequência é a ofensa, a exclusão, o menosprezo e o desprezo com vistas a inferiorizar uma determinada etnia.

É importante compreender que as ações de discriminação podem ocorrer por meios de atos explícitos ou velados, dirigidos diretamente à pessoa ou a grupos, ou de forma indireta atacando instituições, corporações, crenças ou hábitos vinculados a uma etnia em particular.

O etnocentrismo e o preconceito se mostram evidentes no Brasil quando observamos o conteúdo da programação da televisão e das revistas, dos meios de comunicação como um todo, em que excluem ou coloca os negros de uma maneira bem singular, quase não fazendo menção sobre temas ou assuntos vinculados à cultura negra. O que se evidencia é um contraste entre o número de negros em nossa sociedade e sua representatividade.

O preconceito racial e o racismo no Brasil se manifestam no cotidiano das relações pessoais, materializando-se nas empresas privadas, nas repartições públicas, nos locais de moradias, prédios, condomínios e casas de diversas famílias, assim como, nos locais de formação, tal qual, universidades, cursos técnicos, escolas de formação inicial com seus livros didáticos em que retrata o negro geralmente de modos pejorativos os



colocando como sujeitos passivos da história, tendo apenas as pessoas brancas como referências, e quase sem exceção, os negros aparecem nesses materiais exclusivamente para delinear o período escravista do Brasil.

Contudo, ainda se convive com situações de discriminação e preconceito racial em todas essas estruturas acima postas, se convive também com essas ações entre os alunos e professores, profissionais da saúde e seus pacientes, vendedores e clientes, empregador e empregado, vizinhos, parentes, sendo o mais grave a naturalização desses atos e relações sociais deturpadas pela intolerância à diversidade.

Conceituando alguns termos

Ao pensar a formação do povo brasileiro e sua imensa diversidade étnica atrelada a uma postura de preconceito centenária que data da época da colonização deve-se procurar buscar as raízes desses preconceitos, além de observar como eles se mantêm. E embora este trabalho seja breve e, portanto, não possibilite uma abordagem mais específica de cada conceito, busca-se contemplar com lisura aqueles que serão mencionados.

Outra motivação que proporcionou esse trabalho, além da multiplicidade e pluralidade do povo brasileiro, foi a atualidade da temática e imensa discussão em relação a ações afirmativas que por diversas vezes estão atreladas a questões étnicas em que o negro aparece como desfavorecido historicamente e por isso mereça uma compensação que o leve a superação de sua condição de desvantagem. Aqui não temos a pretensão de responder se o negro deva ou não ter essas compensações, mas sim

demonstrar porque hoje existe essa discussão, e qual a importância de repensar a condição do negro na sociedade brasileira.

E não menos importante que as outras motivações, estão o fato de se conviver com a ingloria falácia da “democracia racial” que vigora no Brasil, ou seja, de fato vive-se o mito de uma democracia racial, em que, indica que somos uma sociedade livre do preconceito racial e, sobretudo do racismo em relação aos negros, quando na realidade o que ocorre efetivamente é um processo de discriminação e desigualdade.

Contudo, para iniciar a discussão é relevante buscar como o próprio termo *negro* aparece em diversos dicionários da língua portuguesa.

Já nos dicionários podem-se encontrar definições como as que veremos abaixo:

No minidicionário Luft, temos a seguinte definição: NEGRO: De cor escura; preto. 2.(fig) sombrio; ameaçador. S.m 3. Homem da raça negra; preto. (BARBOSA e PEREIRA [org. Lya Luft], 2000).

No renomado Dicionário Escolar Silveira Bueno, que é de amplo acesso, o termo encontra-se assim definido:

NEGRO: adj. Que é de cor escura; preto; muito escuro; sombrio; escurecido pelo tempo ou pelo sol; lúgubre; triste; funesto; (surperl. Abs. Sint.: negríssimo e nigérrimo); s.m. homem de raça negra; escravo; homem que trabalha muito. (BUENO, 1996).

No minidicionário escolar wkids, que se destina a educação de crianças em séries iniciais, tem a seguinte definição:



NEGRO: (ê), adj 1)
Que recebe luz e não
reflete, preto. 2)
Escuro. 3) Sombrio. 4)
Denegrado. 5) Lutuoso,
fúnebre, funesto. 6)
Que causa sombra. 7)
Tenebroso. 8)
Tempestuoso. 9)
Individuo de raça
negra; preto. 10)
Escravo. 11) Poét.
Ecuridão, trevas.
(Equipe ciranda
cultural, s/d).

O dicionário brasileiro *Globo* em sua 34ª edição nos traz uma definição que ratifica e soma as anteriores:

NEGRO: (ê), adj. De cor escura; muito escura; preto; que pertence à raça negra; escurecido pelo tempo ou pelo Sol; (fig.) sombrio; triste; infeliz; lúgubre; funesto; execrado; maldito; tétrico; ameaçador; *ver tudo negro*: ser pessimista; s.m. individuo de raça negra; cor negra; (fig) homem que trabalha muito [...]. (FERNANDES; LUFT e GUIMARÃES, 1993).

Em se tratando do dicionário Aurélio, um dos mais bem-conceituados da língua portuguesa, e considerando ainda a ampla utilização desse em nosso país, e mesmo pela sua definição se faz relevante transcrever o conceito feminino e masculino da palavra negro:

NEGRA: (ê). [fem. De negro.] S. f. 1. Mulher de cor preta. 2. Escrava, cativa. 3. A terceira partida, que desempata, num torneio, campeonato, competição, etc. [...]
NEGRO (ê). [Do lat. *Nigru.*] adj. 1. De cor preta. 2. Diz-se dessa

cor; preto: *terno de cor negra*; preto. 4. Preto (6). 5. Sujo, encardido [...]. (FERREIRA, 1975).

Se diferindo um pouco dos anteriores temos os dicionários Houaiss e Ruth Rocha que embora muito conceituados não são tão utilizados pelo grande público.

A definição empregada pela autora Ruth Rocha aplica o termo negro da seguinte forma: “Negro: (ê) De cor totalmente escura, como o carvão. 2. De pele muito escura. *sm* 3. Homem negro”. (ROCHA, 1996)

Já o dicionário Houaiss descreve da seguinte maneira: “Negro: \ê\ *adj. s.m.* 1 (individuo) que tem a pele escura. *s.m.* 2ª cor preta. [...]”. (org. Instituto Houaiss, 2004).

Em todas as definições, exceto pelos dicionários Houaiss e Ruth Rocha, pode-se observar que o termo negro fora utilizado de maneira, no mínimo, descuidada, propiciando o preconceito, fazendo com que a ideia de ser negro esteja sempre vinculada a algo maléfico, ruim por natureza. Ainda se pode observar de modo individualizado alguns trechos que comprovam essas insinuações e propagações que além de discriminatória são inverídicas.

No início da colonização brasileira se criou uma crença de que, intrinsecamente ao índio, estava a condição de sujeito preguiçoso, sendo que, diferente do índio, a natureza do homem negro o levava a ser propício ao trabalho físico por sua força e desprendimento, e por fim, o homem Branco haveria nascido com uma habilidade especial para o mando e a administração. Essa concepção ainda está presente nos dias atuais e são representadas acima quando é observado a frase “*homem que trabalha muito*” ao tratar do negro, e no que se refere à



INverdade histórica com a associação da condição de “escravo, cativo” ao negro, uma vez que, sabemos que ser negro não era e não é condição para ser escravo.

No caso brasileiro coincidiu que as pessoas cativas e tornadas escravas advinham de uma região da África em que predominava pessoas negras, ou seja, nem todo negro é ou era escravo, assim como nem todo escravo ao longo da história fora negro, a exemplo, tivemos escravos na Grécia, no Egito, na Índia, na Ásia e na própria Europa em momentos distintos, sendo escravos originários desses mesmos lugares, com os caracteres físicos/biológicos inclusive de seus algozes, distintas dos negros.

Outros momentos de diminuir e menosprezar o negro foram registrados nos dicionários e fazem partes dos cotidianos das pessoas ao passo em que se é interiorizado nos indivíduos a associação do negro a algo lúgubre, triste, funesto, lutuoso, fúnebre, sombrio, infeliz, execrado, maldito, tétrico, ameaçador.

É dessa forma que o processo de naturalização do preconceito e do estereótipo em nossa subjetividade passa a fazer parte de modo constante em todos nós, e ainda, voluntária ou involuntariamente, nos torna colaboradores de sua reprodução e perpetuação, o que nos é confirmado com os seguintes termos que são usados em nosso cotidiano sem nenhum questionamento, embora promova uma ação muito maior do que o mero ato objetivo de identificação direta dos signos com seus significados, mas carrega em si uma multiplicidade de sentidos.

E assim existem diversos termos pejorativos como “câmbio negro” (mercado; paralelo de dinheiro não oficial, ilegal); “lista

negra” (lista daquilo que é condenado, reprovado); “magia negra” (magia que é feita visando o mal de alguém); “mercado negro” (mercado ilegal); “humor negro” (piadas de mau gosto); “denegrir” (diminuir a pureza, o valor de; conspurcar-se, manchar-se.) Todos esses termos associam o negro a algo nefasto e de modo a que todos usem, mesmo sem compreender que o simples uso destes termos nos coloca em uma situação de voluntariado da discriminação e do preconceito.

Uma das questões pouco discutida e que não é objeto de muitas reflexões são os motivos que levam um grupo ou etnia a introduzir um conceito que inferioriza o outro, porem por traz das intencionalidades aparentemente inofensivas e sem propósitos está o objetivo de dominação que são carregados de conceitos etnocêntricos.

É importante também que seja demonstrado neste momento o significado do termo “branco” nos dicionários, e para tanto, foi selecionado dois deles de grande circulação, o Globo e o Aurélio:

[...] Cor branca; homem de raça branca; substância com que se pinta de branco; (*bras.*) senhor, patrão [...]. (FERNANDES; LUFT e GUIMARÃES, 1993).

[...] Diz-se do individuo de raça branca. 9. *Fig.* Sem mácula; inocente, puro, cândido, ingênuo [...]. (FERREIRA, 1975).

Pode-se observar, então, que a discriminação e o preconceito que ora aparece explícita, ora acontece de modo velado, é extremamente significativo no que concerne a formação e manutenção da desigualdade



social, política e econômica, ou seja, todo arcabouço cultural de uma sociedade.

Qual tem sido o papel da escola ao longo do tempo

A escola como um aparelho educativo, ou seja, um lugar, no sentido mais lato, de aprendizagem, junto com a família é a instituição que tem maior importância na reprodução das normas sociais de conduta, assim como, na reprodução de valores e experiências afins. É a partir desse quadro que podemos problematizar padrões de práticas de discriminação. Essas práticas “materializam processos discriminatórios direcionados a indivíduos ou grupos que portam, muitas vezes em seus corpos e/ou em suas experiências, a (s) marca (s) socialmente construída (s) da (s) diferença (s)”. (SILVÉRIO, 2010, p. 115).

O modelo educacional em voga pode ser compreendido como um dos veículos de produção, reprodução e perpetuação de normas sociais e processos discriminatórios direcionados aos sujeitos que portam diferenças socialmente hierarquizadas (SILVÉRIO, 2010, p. 115).

Em um processo de reciprocidade, a cultura ocidental moderna define ou indica sujeitos e marcas que são compreendidas como normais, sendo difundidas pela escola, enquanto a escola também define o que é correto e saudável para a cultura ocidental. Daí “os processos discriminatórios direcionados às corporalidades, às sexualidades [...], assim como a população negra (racismo), foram historicamente

legitimados quando pensamos a partir das lógicas instituídas pela cultura”, uma lógica que envolve o fortalecimento pelas ações do processo educativo. (SILVÉRIO, 2010, p. 116).

Uma questão primordial que merece atenção é como o currículo na educação formal “constitui um modelo sob características e padrões educacionais, sociais e culturais que subalternizam as diversidades de vivências e sujeitos aos quais esses currículos e essas políticas se aplicam”. É o que se pode verificar nas representações do negro no livro didático, presente no trabalho de Silva (1999). As *transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes*. Dessa forma o fracasso escolar das crianças negras também está atrelado “a uma trajetória escolar relacionada ao processo de subordinação de uma das marcas que as constitui, a raça”. (SILVÉRIO, 2010, p. 117).

O livro didático pela importância que lhe atribui o professor no processo de ensino aprendizagem e pelo papel que exerce, especificamente junto aos alunos das classes populares, constituindo-se muitas vezes no seu único recurso de leitura informativa, formativa e lúdica, é objeto de minhas investigações, tanto pela importância do seu uso de uma forma crítico-reflexiva, que o pode transformar em um instrumento gerador de consciência crítica, como por ser também, um veiculador de representações hegemônicas, que uma vez internalizadas, passam a constituir-se no senso comum. Essas representações



podem trazer prejuízos à formação da identidade étnico-racial, do autoconceito, da autoestima, com consequências negativas para a aprendizagem e interação grupal dos sujeitos, na sociedade em que estão situados (SILVA, 1999, p. 1-2).

O que está em jogo nesse caso é a formação sociocultural a partir de estereótipos que nada mais são do que rótulos que são empregados com a função de definir de modo superficial e genericamente algo ou alguém.

O ambiente escolar, assim como o currículo, os materiais didáticos a formação e a preparação dos (as) professores (as), para além de inserir novos atores no contexto social, por meio da educação, na atualidade potencializa a rediscussão dos padrões instituídos, bem como das profundas transformações nos modos com os quais se estabelecem a ordem do bom/ruim, belo/feio, normal/anormal. (SILVÉRIO, 2010, p. 117).

Os padrões instituídos são caracterizados, muitas vezes, por estereótipos que são relativos às marcas que “são distintivas e constituintes do poder, que definem o lugar social dos sujeitos” (SILVÉRIO, 2010, p. 119).

Contudo, as marcas tidas como positivas se distinguem daquelas que fazem parte da cultura e da “raça” negra, o que fica ainda mais trágico quando compreendemos a educação como “um dos principais meios de acesso e construção de conhecimentos

científicos” e que esse conhecimento durante muito tempo serviu, e às vezes ainda serve, como criador ou reproduzidor das diferenças, embora hoje já exista uma linha que “problematiza a inserção de propostas referentes à diferença como alternativa uma educação até então fundamentada em padrões eurocêntricos” (SILVÉRIO, 2010, p. 120).

No que concerne à educação e ao processo de racialização, devemos salientar que foi a partir da década de 1980, com uma maior mobilidade de movimentos sociais possíveis a partir de uma “abertura” política e do início de uma “redemocratização” do país, que reivindicações sociais passaram a ter força “significativa”. Movimentos sociais como o feminista, GLBT, negro entre outros passaram a “chamar atenção para necessidade de se produzir imagens e significados próprios, combatendo os preconceitos e estereótipos que foram responsáveis por sua inferiorização.” (SILVÉRIO, 2010, p. 124).

É justamente esse contexto que possibilita, mesmo que timidamente, desmistificar o “mito da democracia racial” que já esteve muito mais forte na sociedade brasileira.

Mesmo com todas as ações desses novos movimentos reivindicatórios o que se pode observar é que ainda se vive sob uma égide desigual no que concerne a questão racial. Primeiro, a cultura exigida e tida como hegemônica não é a do negro o que o afasta do êxito escolar.

Segundo, o próprio acesso à escola é distinto entre negros e brancos conforme dados oficiais divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) em



2006 e analisados por Silvério (2010, p. 125), ele constata que no ensino fundamental a população matriculada com a idade adequada à série é quase igual, embora o negro já sofra com taxas menores desde o início, sendo para a população branca uma porcentagem de 95,7, enquanto o negro tem uma porcentagem de 94,2, no entanto, quando se observa as taxas dos matriculados no nível de ensino adequado no ensino médio, a taxa passa a ter uma disparidade muito maior, sendo 58,4% para a população branca e de 37,4% para a população negra.

Esses dados denunciam o afastamento da população negra dos meios de educação formal ao longo de sua vida, e isso ocorre por diversos motivos, como a condição econômica mais fragilizada que os obriga a trabalhar ainda quando cursa os anos finais do ensino médio, ou até mesmo durante o ensino fundamental, outra questão relevante, e já mencionada inclusive, é o fato da cultura preponderante (quando não exclusiva) não ser a do negro nessas instituições, colocando suas crenças, costumes, hábitos e saberes na marginalidade.

Quando um determinado conhecimento estigmatizado com pressupostos falsos toma *status* de absoluto, científico ou referendado por aqueles que ao menos teoricamente tem autoridade para legitimá-lo, passa a ser um problema ainda mais grave.

O negro e o “fracasso escolar”

Alves, Franco e Ortigão em seu trabalho ***Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico*** buscam compreender a “relação

entre origem social e risco de repetência de alunos que cursavam a 8ª série do ensino fundamental em escolas públicas de capitais brasileiras” (ALVES, et al, 2007, p. 161). Este estudo trouxe à tona que não apenas as questões socioeconômicas, mas também as “raciais” são cruciais no que se refere ao êxito escolar, pois “a chance de repetência de um aluno da 8ª série em escolas públicas das capitais brasileiras que se autodeclara preto é maior do que a dos alunos que se consideram brancos” (p. 176).

A afirmativa acima foi possível a partir da análise que os autores fizeram sobre os dados de estudos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, em que a população negra aparece percentualmente sempre com taxas de reprova e abandono maiores que a população escolar branca.

Dessa mesma forma, Veiga em seu artigo *Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial*, ao retroceder aos anos 60 do século XX comenta que embora a escola fosse gratuita, havia um exame de seleção em que afastava as pessoas mais empobrecidas e por consequência os negros, proporcionando um número restrito em relação ao acesso e/ou permanência da população mais carente economicamente, “pelos mais diferentes motivos, mas principalmente pela sua inserção precoce no mercado de trabalho” (2008, p. 502).

Assim, fica evidenciado não somente a condição econômica, mas também a condição racial como um determinante indireto para o distanciamento do negro em relação à escola, pois o negro é aquele que se encontra



por consequência entre a população mais empobrecida.

Também a presença de negros na escola era bastante limitada, não somente por pertencerem à camada mais pobre da população, mas também em virtude da conhecida questão das diferenças de oportunidades escolares entre brancos, pardos e negros (VEIGA, 2008, p. 502).

Ao retornar a época do império Veiga (2008, p. 508-509) faz menção de que não havia nenhum impedimento legal que negros frequentassem a escola pública, mas ressalta que em algumas províncias esse direito (ou essa possibilidade) era negado aos escravos, e se não podemos fazer uma sinonímia de que os negros eram impedidos de assistirem aulas, não podemos desconsiderar a condição racial do escravo no Brasil e o caráter de segregação existente mesmo para as crianças negras que frequentavam as escolas nesse período histórico.

Dessa maneira, é possível também verificar que a experiência da vivência da discriminação étnica e racial nas salas de aulas possui uma significativa longevidade histórica, não sendo recente e vem se acumulando há quase duzentos anos (VEIGA, 2008, p. 504).

Em um relato de memória feito pelo professor Anselmo Barreto, inspetor técnico do ensino de Minas Gerais, sobre a escola frequentada por ele na década de 1910 evidencia a condição do negro que a ela frequentava:

Outro fato que me intrigava naquela

época era a desigualdade social. Filhos de pais que exerciam profissões “mais nobres” não gostavam de relações com os colegas filhos de operários e de lavradores, muito embora existisse certa “aristocracia” rural. O preconceito, então, contra os pretinhos era muito grande. Ninguém gostava de ficar perto dos poucos que frequentavam a escola. (Revista do Ensino, 1951, p. 23 apud VEIGA, 2008, p. 508)

Podemos observar que o “fracasso escolar”, fruto de uma história de preconceito, segregação e discriminação não é recente, embora, cause danos até os dias atuais pela forma instituída de nossa sociedade como um todo e de nossas instituições de ensino.

Superação: da alteridade ao relativismo cultural

Como veremos a seguir o relativismo é uma doutrina segundo a qual os valores morais não apresentam validade universal e absoluta, diversificando-se ao sabor de circunstâncias históricas, políticas e culturais. Nesse sentido a antropologia é a ciência da diferença, da alteridade, uma vez que a alteridade se opõe a identidade; o radical (*alter*), em latim, significa “outro”, portanto se o *EU* define a identidade, o *Outro* caracteriza a alteridade, e justamente por perceber e se colocar no lugar do outro que se faz possível estabelecer o relativismo cultural.

A alteridade é um estado ou qualidade que se constitui através de relações de contraste, distinção, diferença relegada ao plano de realidade não essencial pela metafísica antiga, a alteridade adquire centralidade e relevância ontológica na



filosofia moderna (*hegelianismo*) e contemporânea (*pós-estruturalismo*).

Quando nós nascemos não temos inserido em nós o conceito de alteridade, o processo de internalização é desenvolvido lentamente, a exemplo disso podemos lembrar que as crianças recém-nascidas só reconhecem as suas próprias necessidades, e para elas não existem o antes, sendo elas mesmas a razão da existência do mundo, por não conceber o outro como igual, mas como aquele que está para satisfazer suas carências. Somente ao compreender que o mundo existe antes e continuará a existir depois de si e que o outro é um possível dele mesmo é que o sujeito alcança um determinado grau de alteridade.

A relação de cada membro de uma cultura é de "identidade", a relação de membros de culturas diferentes deve ser de "alteridade".

Para Tugendhat (1999, p. 362), um conceituado filósofo alemão da contemporaneidade, a ética tem um pressuposto universal justamente por entender que a conduta ética consiste em reconhecer o outro como sujeito de direitos iguais e, deste modo, os compromissos que temos em relação ao outro correspondem, por sua vez, a direitos que não firmam a particularidade de cada um e devem ser respeitados.

Assim, é preciso perseguir o relativismo cultural que é um antídoto ao etnocentrismo, por tratar as múltiplas sociedades e grupos sociais enquanto iguais de direitos ao passo em que se respeitam as suas diferenças, dessa forma, o relativismo cultural metodologicamente se posiciona de modo contrário à postura defendida pelo

etnocentrismo, assim, propõe uma postura de compreensão e aceitação do outro.

Deste modo, para superar as mazelas criadas pelo sentimento e teorias eurocêntricas, etnocêntricas e racistas se faz preciso que ocorram debates intensos que contemplem a realidade local dos envolvidos, sem esquecer-se de contextualizar com a totalidade ou pelo menos interpor com um grupo distinto, e para isso a visão daquele que introduz o tema, enquanto alguém que respeita, valoriza, incorpora e problematiza as experiências diferentes de todos é fundamental.

Somente o conhecimento sobre o processo de naturalização do preconceito e do estereótipo em nossa subjetividade, que faz com que todos, voluntária ou involuntariamente, se tornem cúmplices de sua perpetuação, é que possibilita construir o caminho inverso para a desnaturalização.

Nesse contexto, que muitos estudiosos compreendem como necessidade o fortalecimento da identidade dos negros brasileiros, estimulado pelo conhecimento do continente africano e de sua cultura. E é exatamente isso que motivou o projeto Lei 10.639 a qual torna obrigatória o estudo da História e Cultura Afro-brasileira, bem como da Educação para Relações Étnico-Raciais no currículo obrigatório do ensino fundamental e médio.

Essa postura de compreender a história do negro enquanto sujeito de nossa sociedade e do mundo tem como função corrigir os diversos equívocos cometidos pelo fato da história oficial ter quase sempre relegado aos negros uma significância secundária, e esquecendo seus heróis ou mesmo deturpando os acontecimentos para



transformá-los em insubordinados ou contraventores.

Embora no Brasil, por meio da hipocrisia, vivencia-se o *mito da democracia racial*, ou seja, boa parte das manifestações racistas ocorre de modo velado, enquanto muitos propagam que efetivamente vivemos em uma sociedade livre do preconceito racial e do racismo em relação aos negros, na realidade há uma desvalorização, que se junta há uma desqualificação e desumanização, o que culmina com o não reconhecimento simbólico das tradições, saberes e fazeres do povo afrodescendente que vive neste país.

Essa conjuntura dificulta a autoestima e o autorreconhecimento do negro em relação a sua condição étnica. Contudo, ao contrário do que se costuma dizer, exatamente para ferir a imagem do negro, não é uma questão de preconceito sobre si mesmo, mas de “autoproteção” e mesmo de busca da inserção na sociedade de forma plena, algo que o negro hoje não desfruta, basta ver o baixo índice de protagonistas negros em novelas, filmes e programas televisivos, assim como, nos cargos de chefias das diversas áreas de atuação. Porém é importante salientar a necessidade de romper com esse recurso de não afirmação da sua própria condição e buscar superar os limites impostos a essa parcela da população por meio do diálogo, da interação, da conscientização e do direito efetivo, de forma que o direito a igualdade deixe de ser meramente formal e passe a ser existente de fato.

Um exemplo dessa tentativa de perpetuação do negro enquanto um sujeito vitimizado pode ser observado no que se refere à formação de nossas crianças e jovens por meio dos nossos livros didáticos, que

destinados ao ensino-aprendizagem dos estudantes, costumam trazer a imagem dos negros sempre oprimidos, selvagens, incultos, submissos, explorados e, por fim, sempre derrotados. Entretanto, é crucial mudar a postura, o material e, sobretudo a forma de abordagem da história desse povo que hoje é representada por uma parcela significativa do povo brasileiro.

É preciso que ao estudar, discutir ou teorizar sobre o racismo se perceba que não se trata de algo distante e que está “lá” na sociedade, e que não compromete a todos diretamente, ou mesmo as diversas instituições, sejam elas religiosas, políticas, econômicas, familiares entre outras.

Pode-se compreender, uma vez que houve uma hierarquização cultural nas sociedades ocidentais atuais, que seguir uma postura que busque o relativismo cultural constitui a possibilidade de (re) conhecer e compreender o diferente, não apenas entre as diferentes culturas do mundo ocidental, mas também, na sociedade em que vivemos.

Não é em ignorar essa discussão, e muito menos em criar uma fantasia em que nela não existam problemas a serem resolvidos que se chega às melhores soluções para a questão “racial”, é necessário superar a condição acrítica, superficial e do senso comum que essa temática carrega como legado.

Com isso, esse trabalho propõe um diálogo a partir do conhecimento sociológico e antropológico a fim de propiciar possibilidades de questionar criticamente a hegemonia de uma visão/postura etnocêntrica de nossa própria sociedade/cultura, superando a situação vigente, uma vez que sem (re)



conhecimento não se pode compreender a sociedade em que vive.

REFERÊNCIAS

ALVES, F; FRANCO, C.; ORTIGÃO, I. Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico, **Cadernos de Pesquisa**, v, 37, n.,130, p. 161-180, jan./abr. 2007.

BARBOSA, Francisco de A.; PEREIRA, Manuel da C; Luft, Lya (org). **Minidicionário Luft**. 20.ed. São Paulo, Ática, 2000.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário Escolar Silveira Bueno**. 25.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**. 34. ed. São Paulo: Globo, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa** – Aurélio. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

HEGEL, G.W. Friedrich. **Filosofia da História**. Brasília: Editora da UnB, 1999.

IPEADATA – Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 9 out. 2011.

EQUIPE Ciranda Cultural. **Minidicionário Português: Minidicionário Escolar**. s.d.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário / Ruth Rocha**, São Paulo: Editora Scipione, 1996.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Relações Étnico-Raciais. In MISKOLCI, Richard. **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Paulo: Edufscar, 2010.

TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 1999.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação** v, 13, n.,39, n.p. set./dez. 2008.